



Dados - Revista de Ciências Sociais

ISSN: 0011-5258

dados@iesp.uerj.br

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Brasil

Cardoso, Adalberto

Transições ocupacionais e mercados de trabalho intermetropolitano: os casos de Rio de Janeiro e
São Paulo

Dados - Revista de Ciências Sociais, vol. 55, núm. 3, 2012, pp. 713-753
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=21825128005>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Transições Ocupacionais e Mercados de Trabalho Intermetropolitano: Os Casos de Rio de Janeiro e São Paulo*

Adalberto Cardoso

Professor e pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: acardoso@iesp.uerj.br

APRESENTAÇÃO

Em 1994 as regiões metropolitanas (RM) do Rio de Janeiro e de São Paulo registraram perto de 3.5 milhões de eventos de emprego formal. Isso não quer dizer que foram criados 3.5 milhões de empregos no período, nem que 3.5 milhões de pessoas se empregaram formalmente¹. Uma mesma pessoa pode ter tido vários empregos formais, e um mesmo posto de trabalho pode ter sido ocupado por mais de uma pessoa ao longo do tempo. Aquela cifra quer apenas dizer que os postos de trabalho existentes, os que foram criados e os que foram destruídos no período registraram 3.5 milhões de admissões, e outras tantas demissões. Na verdade, se considerarmos que a população ocupada nas

* Este trabalho resulta de pesquisa realizada durante período de Estágio Sênior em Paris, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a quem agradeço. Resultados preliminares da pesquisa foram apresentados em sessão especial do *Seminaire du Programme Villes et Territoires*, da Sciences-Po, em 14 de dezembro de 2009. Agradeço especialmente a Fédéric Gilli por seus extensos comentários, e também a Patrick Le Galès, Marco Oberti, Edmond Preteceille e Clément Rivière. Versão mais completa foi apresentada em seminário do Centro de Estudos da Metrópole (CEM)/Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) em março de 2011, e agradeço a Nadya Guimarães e Eduardo Marques pelos comentários. Agradeço ainda a Maria Emilia Piccinini Veras, do Ministério do Trabalho, pela presteza na geração da base de dados aqui utilizada, liberada em tempo para a viagem à França; e a Eduardo Carvalho, responsável pela produção dos dados, pela assistência à distância. Por fim, agradeço aos dois pareceristas de *Dados* pelos comentários, que ajudaram a lapidar o argumento.

duas metrópoles foi de pouco mais de 10 milhões de pessoas naquele ano, e que, destes, apenas 56% tinham empregos formais², então estes representavam perto de 4.5 milhões dos postos de trabalho existentes³. Ao que parece, 3.5 milhões deles trocaram de ocupante⁴.

Cerca de 10,5% dos admitidos na metrópole fluminense em 1994 tinham tido ou teriam algum emprego formal em sua congênere paulista entre 1985 e 2008. No sentido oposto, 13,1% dos admitidos em São Paulo tinham tido ou teriam um emprego no Rio de Janeiro nesse espaço de tempo. Na verdade, se tomarmos a totalidade dos 92 milhões de eventos de emprego formal ocorridos nas duas metrópoles entre 1985 e 2008, perto de 13 milhões foram ocupados por pessoas que migraram entre um mercado formal de trabalho e outro. No total, quase 4,6 milhões de trabalhadores brasileiros empregados formalmente (e possivelmente suas famílias) trocaram uma metrópole pela outra em 24 anos, respondendo por mais de 17% de todos os eventos de emprego formal ocorridos nas duas metrópoles. Se o movimento parece acanhado em termos proporcionais (17%), os valores absolutos são portentosos e deveriam ser suficientes para justificar o problema de pesquisa inquirido neste artigo, isto é, a possível existência de um mercado de trabalho intermetropolitano ligando essas duas grandes cidades. Mas há outra razão igualmente importante.

Uma consulta sistemática ao Banco de Teses da Capes, a respeito da produção doutoral sobre migrações no Brasil entre 1987 e 2009 ali depositada, encontrou apenas 43 teses nas áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas tratando diretamente de migrações. A maior parte da produção concentra-se no período 2003-2009 (28 teses)⁵. Do total, 13 são teses de História, 11 de Sociologia, 6 de Demografia e 6 de Economia (as demais estão distribuídas entre Geografia, Educação, Psicologia e Antropologia⁶). Pois bem, ainda que 3 das 43 teses encontradas tenham o espaço metropolitano como referência geográfica principal de análise, nenhuma investiga a hipótese da existência de mercados de trabalho intermetropolitano. As teses, quando muito, tratam de migrações internas às metrópoles⁷.

Do mesmo modo, os periódicos que fazem parte da coleção da Scientific Electronic Library OnLine (SciELO)⁸ traziam, em dezembro de 2010, pouco mais de 50 artigos sobre migrações produzidos no país nas áreas de interesse aqui (Ciências Humanas e Ciências Sociais, neste caso incluindo as Aplicadas). Destes, apenas 2 tratam de mercados de

trabalho internos às metrópoles (no caso, São Paulo e Porto Alegre), e nenhum estuda possíveis migrações entre metrópoles⁹. Logo, ao menos nos últimos 20 anos o tema parece distante das práticas de pesquisa sobre mercados de trabalho e migrações no país, práticas que mobilizam as energias, sobretudo, de historiadores, economistas e demógrafos, quase nunca de sociólogos¹⁰.

Nesse quadro de carência de pesquisas empíricas sobre o tema, pretende-se investigar a hipótese da existência de um mercado de trabalho ligando as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, tomando por referência a circulação da força de trabalho pelo setor formal da economia nesses espaços geográficos. Viu-se que 4,6 milhões de pessoas circularam entre os empregos formais das duas metrópoles nos últimos 24 anos. Quem são essas pessoas? As probabilidades de migração intermetropolitana são as mesmas segundo o sexo, a idade, a escolaridade e a ocupação desses trabalhadores? A hipótese preliminar de trabalho sustenta que não. Como mostraram Oliveira e Jannuzzi (2005), homens e mulheres migram por razões diferentes no Brasil. Os primeiros migram para trabalhar (34,7%) ou para acompanhar a família (40%), enquanto 63% das mulheres migram para acompanhar a família (*idem*:153). Quanto mais jovens os homens e as mulheres, mais a migração depende da família. Contudo, no caso dos homens de 20 a 34 anos, a grande maioria migra por razões profissionais, enquanto as mulheres nesta idade continuam acompanhando as famílias ao migrar (*idem*: 136-137)¹¹. Logo, a idade e o sexo da pessoa estão fortemente associados às razões para a migração. É de se supor, pois, que homens e mulheres em idades diferentes apresentarão padrão também diverso, quando olhamos as probabilidades de migração intermetropolitana. Por outras palavras, se existe um mercado de trabalho intermetropolitano, ele não estará aberto da mesma maneira a homens e mulheres, nem aos diversos grupos etários. Além disso, é de se suspeitar que ele não constituirá as mesmas probabilidades de percurso para as diversas ocupações e qualificações profissionais existentes. A análise busca esclarecer esses processos, inquirindo se há e qual a natureza da migração intermetropolitana ligando as RM do Rio de Janeiro e de São Paulo.

NOTA METODOLÓGICA

Nesta análise utilizo os microdados da RAIS-MIGRA Vínculos, base de dados produzida pelo Ministério do Trabalho e Emprego com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), e que agrupa (até o mo-

mento da redação deste estudo) a totalidade dos vínculos formais de trabalho ocorridos no Brasil entre 1985 e 2008. Este banco de dados permite reconstituir as trajetórias ocupacionais de todos aqueles que tiveram pelo menos um vínculo formal de trabalho no país em qualquer tempo, e cuja duração tenha alcançado pelo menos o ano de 1985. As mobilidades geográfica, setorial e ocupacional podem ser reconstituídas segundo as clivagens de gênero, idade, escolaridade e renda, além de outras medidas de interesse, como a duração dos vínculos e o total de vínculos na trajetória¹².

Como a RAIS-MIGRA Vínculos computa mais de 92 milhões de vínculos ocorridos nesses espaços geográficos no período, foi preciso recortar o universo empírico para viabilizar sua manipulação estatística. Selecionei para análise o total de admitidos no ano de 1994 nas duas regiões metropolitanas, ou seja, perto de 3,5 milhões de pessoas. Desse universo selecionei uma amostra aleatória de 10% para a RM do Rio de Janeiro e de 5% para a de São Paulo, e levantei sua trajetória migratória anterior (recuando até 1985) e posterior (até 2008). Alguns procedimentos estatísticos utilizados seriam inviáveis com os números de casos originais¹³.

COMPLEMENTARIDADE X COMPETIÇÃO: OS MERCADOS DE TRABALHO DO RIO DE JANEIRO E DE SÃO PAULO

Antes de prosseguir, é preciso fazer duas advertências. Em primeiro lugar, o estudo de Oliveira e Jannuzzi (2005) mostrou que os homens brasileiros migram, sobretudo, em razão do trabalho¹⁴. Na vasta literatura (econômica, demográfica ou sociológica) sobre determinantes das migrações para as cidades e construção do espaço urbano delas decorrente, a busca por emprego e renda também ocupa lugar de destaque nos modelos, em geral econométricos, de explicação das migrações¹⁵. Contudo, mais recentemente, aspectos como qualidade de vida diferencial entre origem e destino, incluindo condições e custos de moradia, saúde e educação, a percepção da violência urbana, o tempo de deslocamento entre a moradia e o emprego, a qualidade dos serviços urbanos de infraestrutura e de lazer, e mesmo aspectos de difícil mensuração, como sustentabilidade dos aglomerados urbanos e qualidade dos empregos, vêm ganhando relevância crescente na explicação, por exemplo, das migrações pendulares intrametropolitanas e nas migrações de retorno às regiões de origem¹⁶. A mesma PNAD 2001 utilizada por Oliveira e Jannuzzi (2005) aponta, como mencionado em nota, que

o trabalho não é explicação exclusiva, respondendo por 60% das razões para a migração dos homens de 24 a 50 anos, os outros 40% dividindo-se entre o estudo (muito importante para os mais jovens), a moradia, a saúde, acompanhar a família e “outros” motivos. Logo, é preciso ter sempre presente que a atenção ao mercado de trabalho e seus padrões salariais responde por apenas parte da dinâmica migratória de indivíduos e famílias.

Em segundo lugar, o mercado formal de trabalho, objeto de mensuração pela RAIS (e que inclui o funcionalismo público), representa um máximo de 60% das ocupações criadas nas duas regiões metropolitanas de interesse aqui. Em 1986, por exemplo, empregados com carteira e funcionários públicos respondiam por 57% da ocupação total do Rio de Janeiro e de São Paulo, segundo a PNAD¹⁷. Em 1992 havia-se chegado a 60%. Em 2002 eles eram 50%, e 53,5% em 2008. Logo, mirar a circulação de força de trabalho pelos empregos assalariados formais restringe a capacidade de construção das probabilidades globais de percurso entre os dois espaços metropolitanos. Mas os empregos formais estão no coração dos setores dinâmicos das duas economias e constituem probabilidades de percurso dos trabalhadores que, por seu lado, têm maiores probabilidades de se empregar formalmente, delimitando assim o objeto possível desta análise como de relevância estratégica para compreensão de processos econômicos mais gerais.

Isto posto, a migração entre mercados de trabalho pode ocorrer por várias razões, como já se disse. Mudanças de longo curso na estrutura econômica (como crises ou períodos de expansão) podem mudar a configuração dos empregos disponíveis em determinada RM, com isso solapando as (ou criando novas) possibilidades de empregos para contingentes inteiros de pessoas¹⁸. Por outro lado, se duas RM geograficamente próximas têm mercados de trabalho complementares (por exemplo, uma oferecendo mais empregos industriais e outra mais voltada para os serviços), trabalhadores com qualificações mais adequadas a uma ou outra estrutura de oferta se moverão entre elas sempre que considerarem mais vantajoso manter sua qualificação ou profissão, independentemente do local onde a exerce e, eventualmente, do salário. Se, ao contrário, os mercados de trabalho são competitivos no todo ou em parte, isto é, se as duas RM oferecem oportunidades de emprego semelhantes, a migração entre elas ocorrerá se o trabalhador considerar vantajoso o salário oferecido, *vis-à-vis* os muitos outros custos da migração (incluindo a perda ou afrouxamento dos laços e redes

sociais, as expectativas quanto às múltiplas dimensões da qualidade e do custo de vida diferencial no destino etc.).

Essas duas últimas alternativas (mercados de trabalho competitivos ou complementares informando o cálculo migratório de indivíduos e famílias) são típicas dos modelos neoclássicos (baseados na racionalidade individual maximizadora de utilidade *econômica*) de explicação das migrações¹⁹. Partem, porém, de pelo menos um pressuposto de difícil sustentação empírica *geral*: a ideia de que a informação sobre o efetivo funcionamento dos mercados de trabalho (empregos disponíveis e salários oferecidos) é transparente ou, no mínimo, suficiente para a tomada cabal de decisão, além de *igualmente disponível a todos*. Mais ainda, de que a informação está disponível a todos na malha geográfica de referência das oportunidades de migração. Sabe-se, hoje como ontem, que as coisas não se passam desta maneira²⁰. Os mercados de trabalho funcionam com informação imperfeita, dependem de redes sociais para a circulação dessa informação, redes muito variáveis segundo as classes sociais e as regiões geográficas. Mobilizam laços familiares e de amizade, estruturas de confiança inscritas nas relações sociais, hierarquias sociais de poder e *status*, instituições por vezes concorrentes, por vezes solidárias na divulgação da informação, tais como serviços públicos e privados de intermediação de mão de obra etc.²¹.

Ainda assim, é bastante provável que *parte* dos migrantes se mova pelas razões que orientam a construção de modelos econométricos baseados na existência de informação sobre os mercados de trabalho, mesmo que imperfeita. Para as categorias profissionais diretamente envolvidas com as tecnologias de informação e para boa parte das classes médias de nível superior, por exemplo, faz todo sentido inquirir sobre a complementaridade ou competitividade dos mercados formais de trabalho das RM do Rio de Janeiro e de São Paulo, tendo em vista o que já se disse sobre a intensa circulação de pessoas entre as duas regiões²².

A Tabela 1 mostra a distribuição dos empregos formais pelos setores econômicos e as diferenças salariais existentes entre as RM do Rio de Janeiro e as de São Paulo em 1994 e 2008²³. De imediato, parece claro que as duas metrópoles têm estruturas diversas de mercado de trabalho, mas as diferenças entre elas se estreitaram no período. Isto é, ao menos em termos da distribuição dos empregos, há crescente convergência entre elas. Nas duas RM os serviços são responsáveis pela gran-

Transições Ocupacionais e Mercados de Trabalho Intermetropolitano...

Tabela 1
Estrutura do Emprego Formal, Diferenças Setoriais e Diferenças Salariais entre as Regiões Metropolitanas de Rio de Janeiro e São Paulo
(1994 e 2008)

Setor Econômico	1994			2008		
	Rio de Janeiro	São Paulo	Diferença (Rio-SP)	Rio de Janeiro	São Paulo	Diferença (Rio-SP)
		Diferença salarial (SP = 100)			Diferença salarial (SP = 100)	
Indústria de Transf						
Extrativa mineral	0,20	0,14	0,05	125,6	0,57	0,07
Minerais não metálicos	0,64	0,75	-0,11	82,4	0,36	0,45
Metalúrgica	1,17	3,52	-2,35	89,4	0,77	2,18
Mecânica	0,61	2,21	-1,60	67,2	0,54	1,43
Mat. Elétrico e Comunic	0,50	1,95	-1,45	70,1	0,17	0,92
Mat. de Transporte	0,75	3,26	-2,51	61,8	0,76	1,64
Mad. e Mobiliário	0,39	0,73	-0,34	50,5	0,23	0,43
Papel e Gráfica	1,42	2,17	-0,75	77,8	0,84	1,4
Borracha, Fumo, Couro	0,88	1,78	-0,90	77,7	0,48	0,98
Química	2,53	4,12	-1,59	79,2	1,55	2,73
Têxtil	2,22	3,92	-1,70	61,5	1,17	2,09
Calçados	0,13	0,16	-0,03	77,1	0,04	0,05
Alim. e Bebidas	2,10	2,24	-0,14	69,4	1,96	2,1
Total Ind. Transf	13,53	26,96	-13,42	76,1	9,45	16,45
Serviços Ind. de Util. Públ.	2,34	1,34	1,00	80,7	1,15	0,63
Construção Civil	4,25	5,01	-0,76	86,2	5,97	6,04

(continua)

(continuação)

Tabela 1
Estrutura do Emprego Formal, Diferenças Setoriais e Diferenças Salariais entre as Regiões Metropolitanas de Rio de Janeiro e São Paulo
(1994 e 2008)

Setor Econômico	1994				2008			
	Estrutura do emprego e diferença salarial				Estrutura do emprego e diferença salarial			
	Rio de Janeiro	São Paulo	Diferença (Rio-SP)	Diferença salarial (SP = 100)	Rio de Janeiro	São Paulo	Diferença (Rio-SP)	Diferença salarial (SP = 100)
Total Indústria	20,12	33,31	-13,18	83,4	16,57	23,13	-6,56	101,9
Comércio								
Com. Varejista	12,47	9,11	3,36	74,2	17,61	13,83	3,78	72,3
Com. Atacadista	2,89	3,26	-0,37	97,1	3,48	4,09	-0,61	87,5
Total Comércio	15,36	12,37	2,98	85,6	21,09	17,92	3,17	79,9
Serviços								
Instit. Financeiras	4,11	3,83	0,28	106,3	2,38	2,88	-0,5	90,4
Serv. Adm., Téc. e Profiss.	9,69	9,36	0,32	87,6	18,11	22,85	-4,74	96,9
Serv. de Transp. e Comunic.	8,16	6,13	2,03	96,7	7,29	6,13	1,16	92,5
Serv. de Alojam. e Comunit.	9,62	7,15	2,48	83,0	12,11	9,57	2,54	98,7
Serv. Méd. e Odont.	3,78	2,65	1,13	68,3	3,63	3,31	0,32	67,6
Ensino	2,33	1,18	1,15	82,8	4,52	2,4	2,12	83,8
Adm. Pública	18,40	20,43	-2,03	102,0	14,19	11,57	2,62	108,7
Total Serviços	56,10	50,74	5,36	89,5	62,23	58,72	3,51	91,2
Agricultura	0,34	0,34	0,00	65,7	0,11	0,23	-0,12	81,7
Total e médias	2.224.126	4.768.248	-0,19	86,2	4.027.004	9.943.579	-0,24	93,6

Fonte: Microdados da RAIS-MIGRAV/incluídos.

de maioria dos empregos formais, em proporção superior a 58% do total em São Paulo e a 62% no Rio. Note-se que a diferença entre as duas RM, no agregado deste setor, caiu de 5,4 para 3,5 pontos percentuais, mas essa queda média esconde um aumento importante na diversidade intrassetorial. Em São Paulo a participação dos servidores públicos no emprego formal total caiu 9 pontos percentuais (de 20,4% para 11,6%), enquanto no Rio a queda foi de 18,4% para 14,2%. Com a queda menos intensa no Rio de Janeiro, a distância entre as duas metrópoles, nesse particular, mudou de sinal em 15 anos, com o Rio empregando mais servidores públicos do que a RMSP. O segundo movimento mais saliente de distanciamento entre as duas regiões ocorreu nos serviços administrativos, técnicos e profissionais, que tinham praticamente a mesma participação em 1994 (pouco mais de 9% do emprego) e chegaram a quase 5 pontos percentuais de distância em 2008, em razão do crescimento avassalador em São Paulo (quase coetâneo com a queda na participação do emprego público nessa RM), não acompanhado no mesmo ritmo pelo Rio. As distâncias entre as duas RM aumentaram ainda no caso do ensino, das administrações financeiras e dos serviços de alojamentos e comunitários, sendo que, nos dois primeiros casos, o Rio ganhou participação relativa, enquanto no último a diferença aumentou porque São Paulo perdeu menos do que o Rio. Pode-se dizer, pois, que o Rio é mais fortemente uma metrópole de serviços do que São Paulo, mas, nesta, passaram a predominar serviços de melhor qualidade, como os técnicos e profissionais. São Paulo e Rio se distanciam, também, no comércio, mas à taxa mais baixa. Embora o setor tenha ganhado participação nas duas RM (crescimento de 37% no Rio e 45% em São Paulo), o que as fez se distanciarem um pouco foi o setor varejista, que cresceu mais fortemente em São Paulo (52% contra 41% no Rio).

No caso da indústria, a situação é inversa: a distância entre Rio de Janeiro e São Paulo vem diminuindo com o tempo²⁴, em termos agregados e também internamente a esse segmento. Ainda que o Rio de Janeiro permaneça menos industrial do que São Paulo, a disparidade entre as duas RM caiu de 13,4 para 7 pontos percentuais. Ambas as metrópoles viram o segmento industrial perder participação no emprego total, mas a queda em São Paulo foi mais acentuada (em torno de 39%, contra 30% no caso do Rio), com destaque para alguns setores mais dinâmicos, como as indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material de transportes. Nos dois casos, portanto, há nítido processo de aprofundamento da terciarização da estrutura de empregos formais, algo que já vem

de longa data²⁵, e de aproximação das estruturas empregatícias no ramo industrial.

É bom marcar que a variação relativa (para mais ou para menos) na participação dos diversos setores no emprego formal total não tem contrapartida na redução ou aumento absoluto no número de postos de trabalho existentes. Tanto no Rio como em São Paulo o número de empregos formais criados a cada ano é bastante alto. Em 1994, como se pode ver na última linha da Tabela 1, o Rio tinha 2.2 milhões de empregos formais, contra 4.8 milhões em São Paulo. Quinze anos mais tarde os valores tinham praticamente duplicado no Rio, saltando para 4 milhões, e duplicado em São Paulo, chegando a quase 10 milhões de empregos formais. Com isso, a variação relativa negativa da indústria, por exemplo, esconde um aumento real de 80 mil postos de trabalho no Rio e quase 350 mil em São Paulo. O que vem ocorrendo nas duas metrópoles, pois, é um rearranjo das proporções entre os setores, num cenário de grande crescimento no número global de postos de trabalho em todos os setores, inclusive a administração pública. Esse processo é típico das grandes transformações estruturais geradoras de movimentos de população entre postos de trabalho e regiões geográficas, propício, pois, a afetar as taxas de migração²⁶.

A convergência parcial entre as duas metrópoles, num cenário de melhoria das condições do mercado de trabalho, pode ser percebida, também, nos salários pagos. Em 1994 o trabalhador médio da RM fluminense recebia pouco menos de 86% do que seu similar paulista. Em 2008 esse valor tinha subido para perto de 94%. A maior aproximação se deu na indústria como um todo, com os salários fluminenses alcançando e em alguns casos ultrapassando os paulistas em segmentos tão importantes como as indústrias metalúrgicas e mecânicas, os serviços industriais de utilidade pública, no topo da hierarquia da qualidade de emprego industrial, e a construção civil, na base dessa hierarquia²⁷. Alguns setores, como o de material de transportes, tiveram forte crescimento no emprego no Rio de Janeiro em pouco espaço tempo, o que parece estar se refletindo na redução das disparidades salariais relativas à RM de São Paulo²⁸.

Em suma, cenários econômicos em parte convergentes vêm reduzindo a relativa complementaridade dos mercados de trabalho das RM do Rio de Janeiro e de São Paulo, encontrada em 1994, em direção a uma configuração mais competitiva. Ademais, a crescente aproximação

dos padrões salariais em subsetores importantes da indústria e dos serviços está em linha com as teorias sobre mercados de trabalho competitivos²⁹ e torna plausível a hipótese de que as diferenças iniciais³⁰ podem ter gerado movimentos migratórios entre as duas RM, resultando, entre outras coisas, na redução das disparidades salariais. Por outras palavras: a complementaridade inicial sustenta a plausibilidade de se pensar em um mercado de trabalho intermetropolitano, que levaria pessoas a buscar ocupação na metrópole vizinha em razão da inexistência de empregos suficientes na de origem. E a competitividade crescente em determinados setores sustenta a plausibilidade da hipótese de um trânsito possível entre as duas RM em razão dos diferenciais iniciais de salários, hoje em processo de equalização.

Nichos de Mercado?

Para investigar a hipótese da existência de um mercado de trabalho intermetropolitano ligando Rio de Janeiro e São Paulo, este estudo lança mão da RAIS-MIGRA Vínculos para reconstituir as trajetórias geográficas de três grupos selecionados de ocupações: os operários da construção civil; os trabalhadores das chamadas “classes criativas”; e os “dirigentes e gerentes” de empresas públicas e privadas, categoria que inclui os altos cargos da administração pública. Entre as razões para essa escolha destacam-se:

1. A construção civil foi um dos setores mais afetados pelas mudanças recentes no mercado de trabalho da RM fluminense. Não apenas cresceu muito o número de postos formais de trabalho existentes (de 94.5 mil em 1994 para 240.4 mil em 2008), como ainda, e principalmente, a diferença salarial entre o Rio e a RM paulista saiu de 86% para 112%. Houve, portanto, melhoria salarial relativa de quase 30 pontos percentuais em favor dos operários da RM do Rio de Janeiro entre uma ponta e outra do período. Movimento de tal magnitude, considerada a hipótese de que as pessoas migram sobretudo em função dos salários, deveria estar gerando trânsito desses operários entre as duas RM. A hipótese alternativa sustenta que esses trabalhadores não respondem tão rapidamente a tais movimentos, já que não dispõiam de informação suficiente para orientar prontamente suas decisões de migração, que obedeceriam principalmente a critérios como as redes sociais e familiares extensas no território.

2. As “classes criativas” (Florida, 2002) e a dos “diretores e gerentes” estão, por hipótese, entre as mais disponíveis para a migração por razões salariais, já que, como já mencionado, dispõem de informação mais adequada sobre a dinâmica de seus mercados de trabalho, posto que quase sempre ocupadas em atividades ligadas de um modo ou de outro às tecnologias de informação e ao mundo do entretenimento, das comunicações etc. Florida (2005) chega mesmo a afirmar que as “classes criativas” são, em boa medida, desterritorializadas, já que há crescente “competição global pelo talento”, isto é, empresas e governos disputariam num mercado global altamente informado as “melhores cabeças” para a melhor performance. Não é necessário aceitar as consequências analíticas extraídas por Florida (como a hierarquia das “cidades globais” segundo a criatividade de suas classes, ou a capacidade para inovação desta ou daquela metrópole explicada pela presença ou não de determinado segmento de classe) para tomar como hipótese plausível de pesquisa a ideia de que o mundo da informação, da criação e do entretenimento é bem informado, e que as pessoas circulam mais intensamente por suas ocupações do que, por exemplo, os operários industriais ou os da construção civil, tradicionalmente mais “territorializados”. Também no caso daquelas ocupações pode estar ocorrendo redução das distâncias entre Rio de Janeiro e São Paulo, algo sugerido pela redução ou anulação das diferenças salariais em setores como prestação de serviços técnicos, profissionais e outros. Uma mirada mais detalhada nas ocupações de direção e gerência e nas classes criativas permitirá avaliar com acuidade a existência de possível estímulo salarial ou ocupacional (resultante do aumento relativo dos postos de trabalho numa ou noutra direção) às migrações intermetropolitanas.

Neste estudo utiliza-se conceito amplo de dirigentes, recobrindo ocupados em empresas públicas e privadas e também na administração pública. A suposição, aqui, é a de que, num momento de crescimento geral dos empregos e de evidente carência de pessoal qualificado de alto nível em vários segmentos da economia, é grande a competição pelos melhores talentos, estejam eles no serviço público ou nas empresas privadas. Ademais, a retomada das contratações públicas para carreiras de alto nível com salários competitivos por meio de concursos públicos nacionais, tem potencial para gerar movimentos de trabalhadores entre regiões geograficamente próximas, em especial no caso dos trabalhadores mais jovens.

A primeira tarefa é dimensionar esses grupos ocupacionais e, em seguida, suas migrações intermetropolitanas. Como afirmado antes, o grupo de referência são as pessoas admitidas em 1994 em uma das duas RM de interesse. Essas pessoas tiveram suas trajetórias reconstituídas para trás (até o ano de 1985) e para frente (até o ano de 2008), segundo a região geográfica de emprego e a ocupação na origem (1994). Antes de expor os percursos migratórios, vejamos a composição básica do universo pesquisado.

A Tabela 2 apresenta algumas características das pessoas admitidas em 1994 nas RM do Rio de Janeiro e de São Paulo. Iniciando pela distribuição das pessoas pelas ocupações existentes (última coluna da tabela), é nítida a dissimilaridade entre as duas distribuições. Cada ocupação da RM onde sua proporção é mais baixa precisa aumentar 23,7% em sua taxa de participação no emprego total para que as duas distribuições se equivalham³¹. Essa média geral, porém, esconde disparidades muito grandes, em especial no caso dos operários de indústrias metalmecânicas, cuja participação no emprego no Rio precisa aumentar 53,6% para que ela se iguale a São Paulo, e das ocupações criativas, em que a participação deveria crescer 35,3% para o mesmo resultado. Os operários das indústrias tradicionais do Rio teriam que ver sua participação aumentar 26% para se igualar a São Paulo. Já no caso dos trabalhadores manuais de rotina (escritório) e vendedores do comércio, São Paulo deveria aumentar a proporção em 26% e 25% respectivamente para se igualar ao Rio. A divergência *setorial* identificada antes para o ano de 1994, pois, resultou por sua vez em estruturas ocupacionais bem diversas entre as duas metrópoles. No caso dos operários, esses espaços geográficos eram claramente complementares, e não competitivos.

Além de estrutura ocupacional diversa, Rio de Janeiro e São Paulo discrepam de forma relevante em outros aspectos. Tomando-se, agora, apenas os três grupos ocupacionais em análise aqui (destacados em negrito na Tabela 2), é grande a variação segundo o sexo, a idade e a escolaridade dos admitidos, e o tamanho das empresas que os admitem. Em São Paulo as admissões na construção civil, por exemplo, privilegiam os homens com 24 anos de idade ou menos. Perto de 62% dos admitidos estavam nesta faixa etária, contra 23% no Rio de Janeiro. Na verdade, metade ou mais dos admitidos no Rio de Janeiro, nas três ocupações de interesse, tinham entre 25 e 39 anos, enquanto em São Paulo apenas os “criativos” se aproximam dessa cifra.

Tabela 2
Admitidos em 1994 nas RM do Rio de Janeiro e de São Paulo, por Grupos Ocupacionais e Características Selecionadas dos Admitidos

Grupos ocupacionais	Proporção de homens	Idade até 24 anos	25 a 39 anos	Menos que colegial completo	Em empresas menos de 100 empregados	Em empresas de 500 empregados ou mais	Participação no total das admissões de 1994
Rio de Janeiro							
Criativos	42,1	16,0	55,9	12,1	56,6	22,8	3,4
Dirigentes	58,9	10,0	51,4	24,8	46,1	35,1	4,4
Oper. Construção civil	97,0	23,0	49,4	96,4	49,1	15,6	9,0
Técnicos (inclui mestres e contramestres)	76,5	18,0	51,2	37,1	49,9	20,4	2,3
Manuals de rotina	47,8	32,1	47,9	53,3	57,2	24,0	22,0
Vendedores do comércio	58,4	40,0	46,6	64,2	80,1	6,3	13,0
Trabs. dos serviços em geral	76,4	23,6	52,9	85,3	63,5	14,4	13,6
Oper. Inds. Metalmecânicas e elétricas	93,8	17,5	51,7	85,9	54,0	18,3	5,6
Operários da indústria tradicional	60,0	30,6	48,1	91,0	63,8	10,1	7,7
Motoristas	98,7	9,5	54,2	92,4	49,7	25,1	4,6
Outras	80,4	31,3	45,7	78,9	49,6	26,0	4,5
Trabs. serv. de limp. e conserv., serventia e braçais	68,3	27,7	49,4	93,4	51,0	26,3	10,1
São Paulo							
Criativos	22,9	22,0	48,2	11,6	24,9	66,7	4,6
Dirigentes	49,5	28,4	39,2	33,8	51,7	35,8	3,7
Oper. Construção civil	89,6	62,2	27,5	97,2	57,1	12,8	8,5

(continua)

(continuação)

Tabela 2
Admitidos em 1994 nas RM do Rio de Janeiro e de São Paulo, por Grupos Ocupacionais e Características Selecionadas dos Admitidos

Grupos ocupacionais	Proporção de homens	Idade até 24 anos	25 a 39 anos	Menos que colegiado completo	Em empresas menos de 100 empregados	Em empresas de 500 empren- gados ou mais	Participação no total das admis- sões de 1994
Técnicos (inclui mestres e contramestres)	63,5	53,2	31,0	37,5	48,9	28,6	2,4
Manuais de rotina	47,9	80,4	14,4	73,9	71,4	13,9	18,6
Vendedores do comércio	48,7	77,2	17,5	85,1	87,8	2,7	10,3
Trabs. dos serviços em geral	51,7	55,2	29,6	89,9	69,3	14,7	10,9
Oper. Inds. Metalmecânicas e elétricas	80,9	70,1	23,6	89,9	62,8	12,5	8,6
Operários da indústria tradicional	47,9	66,2	24,9	94,2	67,7	11,1	9,7
Motoristas	96,0	42,6	34,0	95,9	71,7	8,3	4,2
Trabs. serv. de limp. e conserv., serventia e braçais	47,6	54,0	33,3	96,1	49,2	31,7	12,5
Outras	73,4	64,5	23,7	87,4	58,6	19,2	6,2

Fonte: Microdados da RAIS/MIGRA Vínculos.

Os “dirigentes” fluminenses eram mais escolarizados do que os paulistas. Enquanto apenas 25% dos primeiros tinham menos do que colegial completo ao serem admitidos em 1994, em São Paulo a taxa foi de 33%, uma diferença de 36% na proporção de pessoas sem ensino superior (completo ou incompleto). Por fim, as ocupações criativas do Rio de Janeiro ocorreram principalmente em empresas de 100 empregados *ou menos* (quase 57% do total), enquanto em São Paulo perto de 68% dessas ocupações se deram em empresas com 1.000 empregados *ou mais*. Nas outras ocupações em análise, as diferenças no tamanho das empresas não são tão acentuadas.

Os diferenciais de renda por setor econômico entre as duas RM em 1994, detectados na Tabela 1, se refletiram na disparidade ocupacional de renda. É o que mostra a Tabela 3. A renda média das ocupações era, em São Paulo, 20% superior à registrada no Rio de Janeiro (R\$ 1.319 contra R\$ 1.093). Os salários médios no Rio eram mais baixos em todos os grupos ocupacionais. Nas classes criativas a diferença era de perto de 6%, chegando a 22% na construção civil e a quase 27% entre os gerentes. Note-se que as maiores discrepâncias ocorriam entre os operários das indústrias tradicionais (madeira, calçados, têxtil, gráfica etc.) e nos assalariados dos serviços em geral, com 31% ou mais de desvantagem para o Rio de Janeiro. A tabela sugere, ainda, que não há associação estatística entre os diferenciais de salários das duas metrópoles e as características agregadas dos percursos das pessoas no mercado formal de trabalho. O número médio de vínculos ao longo da trajetória (que inclui os períodos anterior e posterior a 1994) e o tempo total no setor formal variam muito entre as ocupações, mas não variam tanto entre as regiões metropolitanas. Na verdade, a correlação entre as diferenças das três dimensões entre as duas metrópoles é nula³². Se tomarmos por referência exclusivamente os salários, pois, a atratividade de São Paulo parece evidente. Num momento de intensa reestruturação econômica, como a que ocorreu depois de 1994, deveríamos esperar movimentos de transferência de pessoas entre o Rio de Janeiro e a metrópole paulista, se o salário fosse a única variável importante nas migrações e se a metrópole vizinha figurasse nas opções empregatícias dos fluminenses.

Avaliemos então as migrações intermetropolitanas e sua relação com os indicadores ocupacionais. Foi dito na apresentação que milhões de pessoas circularam entre Rio de Janeiro e São Paulo entre 1985 e 2008. Ainda assim, é preciso marcar que a propensão majoritária dos admiti-

Tabela 3
Renda média (em R\$ de jul de 2010) do vínculo de admissão em 1994, total médio de admissões e tempo total no setor formal (meses) dos admitidos em 1994 no Rio de Janeiro e em São Paulo, segundo grupos ocupacionais

Grupos de Ocupação	RM de São Paulo				RM do Rio			
	Renda do vínculo de 1994	Média de vínculos	Tempo no formal	Renda do vínculo de 1994	Média de vínculos	Tempo no formal		
Criativos	2.001	7,2	311,1	1.892	6,6	302,6		
Dirigentes	2.928	7,5	288,7	2.313	7,0	294,9		
Operários da construção civil	1.040	11,1	118,5	854	10,4	119,6		
Técnicos (inclui mestres e contramestres)	2.413	9,3	244,9	2.086	8,8	215,7		
Manuais de rotina	1.214	8,0	167,1	1.066	7,4	164,2		
Vendedores do comércio	1.261	7,9	143,2	989	7,6	138,1		
Trabs. dos serviços em geral	1.117	8,4	164,3	852	7,6	155,0		
Oper. Inds. Metalmecânicas e elétricas	1.483	10,6	169,1	1.182	9,4	165,1		
Operários da indústria tradicional	1.051	7,4	130,5	782	6,8	119,8		
Motoristas	1.376	9,5	184,0	1.202	9,0	169,8		
Trabs. serv. de limpeza e conservação, serventia e braçais	1.128	8,5	155,3	1.096	7,5	188,1		
Outras	914	7,5	116,6	712	7,2	121,5		
Total	1.319	8,4	167,0	1.093	7,8	164,4		

Fonte: Microdados da RAIS-MIGRA Vínculos.

dos em 1994 no setor formal da RM do Rio de Janeiro (65,7%) foi permanecer na origem, enquanto 56% dos paulistas experimentaram outros mercados de trabalho além da RM de São Paulo. Entre os que deixaram sua região para ocupar um emprego formal em outra parte (isto é, entre os 56% dos paulistas e 34,3% dos fluminenses que tiveram sua migração registrada pela RAIS), 23,6% dos admitidos em São Paulo experimentaram um emprego formal no Rio de Janeiro, e 30,5% dos fluminenses o fizeram na metrópole vizinha. O restante migrou para outras regiões. Logo, as trocas intermetropolitanas, se envolvem número muito alto de pessoas, são minoritárias como destinos migratórios dos trabalhadores formais. Ainda assim, a metrópole vizinha é o destino modal dos que deixam uma ou outra RM.

Quando consideramos os *vínculos* dos admitidos na RM do Rio de Janeiro em 1994, 16,2% foram ocupados por pessoas que tiveram ao menos uma experiência de emprego na RM de São Paulo ao longo de sua trajetória ocupacional total (1985-2008). Na direção oposta, a proporção foi de 17,9%. No total, como mencionado na Apresentação a este trabalho, 17,3% de todos os vínculos ocorridos nas duas metrópoles empregaram pessoas que em algum momento migraram entre elas. É este o universo de análise daqui por diante.

A Tabela 4 apresenta a informação agregada da experiência migratória intermetropolitana dos que tiveram algum vínculo formal nas duas RM em 1994. A unidade de informação é a proporção de *vínculos* vividos pelas pessoas no período de 1985 a 2008. A intenção aqui é avaliar a relação entre o fato de a pessoa ter pelo menos uma passagem pela RM vizinha e suas chances de mercado, por comparação com a migração para outras regiões (metropolitanas ou não) e a permanência na metrópole de origem. Assim, 26,9% dos vínculos ocupados pelos operários da construção civil admitidos em São Paulo em 1994 se referiram a pessoas que tiveram ou teriam pelo menos um vínculo no Rio de Janeiro. Na outra ponta, apenas 14,7% dos vínculos envolveram operários de construção que nunca deixaram a RM paulista (no período de 1985 a 2008). Isto é, a experiência migratória “contamina” mais de 85% da experiência empregatícia desses operários. Trata-se da maior taxa de “contaminação” no universo de vínculos pesquisado. Para que fique claro: um operário admitido em 1994 na RM paulista pode ter tido apenas um vínculo no Rio de Janeiro antes ou depois disso, e depois retornado a São Paulo, onde o restante de sua vida empregatícia ocorreu. O

Tabela 4
Total de Vínculos das Pessoas Admitidas nas RM de São Paulo e do Rio de Janeiro em 1994, segundo Origem do Vínculo de 1994, e Destino Geográfico dos Vínculos do Período 1985-2008, por Grupos Ocupacionais na Origem

Grupos Ocupacionais na Origem (1994)	Origem em São Paulo			Origem no Rio de Janeiro		
	Pelo menos 1 evento na metrópole vizinha	Pelo menos 1 evento em outras regis.	Não saiu de sua metrópole	Pelo menos 1 evento na metrópole vizinha	Pelo menos 1 evento em outras regis.	Não saiu de sua metrópole
Criativos	12,6	41,4	46,0	9,1	25,3	65,7
Dirigentes	21,5	40,9	37,6	14,1	25,4	60,5
Oper. Construção civil	26,9	58,4	14,7	29,9	30,5	39,6
Técnicos (inclui mestres e contramestres)	25,9	41,9	32,2	22,6	29,8	47,7
Manuais de rotina	15,8	38,9	45,3	14,7	22,7	62,6
Vendedores do comércio	17,9	40,5	41,6	15,5	20,7	63,8
Trabs. dos serviços em geral	15,2	49,7	35,1	11,1	25,8	63,0
Oper. Inds. Metalmecânicas e elétricas	24,5	42,6	32,9	28,5	22,5	49,0
Operários da indústria tradicional	10,4	37,1	52,5	9,9	19,1	71,0
Motoristas	14,9	48,2	36,9	13,7	26,8	59,5
Outras	19,2	56,3	24,5	14,8	35,4	49,8
Trabs. serv. de limp. e conserv., serventia e braçais não classif. em outras rubricas	14,4	50,6	35,0	14,2	27,9	57,9
Total	17,9	45,5	36,6	16,2	25,1	58,8

Fonte: Microdados da RAIS-MIGRA Vínculos.

que importa para esta análise é o efeito daquele evento de migração sobre o conjunto da trajetória ocupacional.

Entre os operários da construção civil que se empregaram no Rio de Janeiro em 1994, a passagem por São Paulo entre 1985 e 2008 “contamina” 30% dos vínculos de sua trajetória global. Ou seja, ainda que 40% dos vínculos compreendessem pessoas que não deixaram o Rio no período considerado (proporção mais de duas vezes superior à encontrada em São Paulo), São Paulo tem maior presença na experiência migratória dos fluminenses do que o contrário. Essa proporção resulta não apenas de que mais operários fluminenses migraram para São Paulo, em termos proporcionais, como também do fato de que os que migraram tiveram mais vínculos no período, tanto no caso dos homens quanto no das mulheres³³. Ou seja, para os operários fluminenses da construção civil, migrar para São Paulo teve como efeito aumentar sua rotatividade global, algo que não aconteceu para os outros dois grupos ocupacionais de interesse aqui.

De fato, trabalhadores “criativos” e gerentes tiveram proporção menor de sua trajetória global afetada pela metrópole vizinha, se considerarmos apenas os vínculos “contaminados” pela migração. Pouco mais de 21% dos vínculos de dirigentes paulistas ocuparam pessoas que tiveram uma passagem pelo Rio de Janeiro, contra 14,1% encontrados entre os fluminenses. E entre os “criativos” as proporções foram ainda menores, pouco inferiores a 13% no primeiro caso e perto de 9% no segundo. E não é ocioso insistir que apenas 36,6% dos vínculos dos que se ocuparam em São Paulo em 1994 (considerando-se as trajetórias de todas as ocupações) corresponderam a pessoas que nunca deixaram esta RM. No caso do Rio de Janeiro deixar a RM contamina menos as trajetórias, já que quase 60% dos vínculos acolheram pessoas que nunca a abandonaram³⁴.

De um modo geral, a “aventura migratória” está associada à melhoria da renda, não importando a ocupação na origem ou o destino da migração (se a metrópole vizinha ou outras regiões). A associação é mais forte para os que migram entre o Rio e São Paulo do que para os que, tendo tido um emprego nas duas RM em 1994, se aventuraram por outras regiões do país. Ademais, a migração “premia” mais os que deixam o Rio por São Paulo do que o contrário. É o que mostra a Tabela 5. Em termos globais, os salários médios por vínculo dos homens que deixaram São Paulo pelo Rio de Janeiro em algum momento da trajetória foram 16%

mais altos do que os dos que permaneceram na RM paulista. No caso dos fluminenses que escolheram São Paulo, a diferença em favor dos migrantes foi de 31%. Entre as mulheres a diferença positiva foi ainda maior, de 28% no caso das que experimentaram o Rio de Janeiro, tendo saído de São Paulo, e de 50% na direção oposta.

No caso dos homens, entre os fluminenses que migraram para São Paulo as maiores diferenças relativas de renda (por comparação com os que não migraram) ocorreram entre as classes criativas (89% a mais), seguidas pelos dirigentes (66%) e os vendedores do comércio (63%)³⁵. Os operários da construção civil também melhoraram (12%), mas bem abaixo da média geral de 31%. Entre os paulistas que experimentaram o Rio, o maior ganho foi dos vendedores do comércio (66%), seguidos de criativos e dirigentes (com 63% de aumento relativo de renda). Nos outros casos os ganhos foram diminutos ou negativos. Entre os ganhos negativos contam-se os operários das indústrias modernas e os das indústrias tradicionais, e os trabalhadores em serviços de conservação e limpeza, cuja renda média é menor entre os que deixam a RM paulista por sua vizinha fluminense, por comparação com os que permanecem em São Paulo e, por vezes, os que migram para outras regiões. Isso vale também para os trabalhadores dos serviços em geral.

A Tabela 5 revela ainda que, entre as mulheres das ocupações mais qualificadas, deixar o Rio de Janeiro por São Paulo está associado a salários muito mais altos do que os das que permanecem na região de origem. Mulheres criativas ou em ocupações técnicas em geral, ao deixarem o Rio por uma experiência em São Paulo, têm renda média de seus vínculos quase duas vezes superior à das que não migram. Parte da explicação do maior “prêmio” para a migração do Rio para São Paulo do que o inverso, tanto para os homens quanto para as mulheres, decorre do fato de a renda ser sempre mais baixa nas ocupações com origem na RM fluminense. Ainda assim, ter uma experiência migratória, com exceção dos operários paulistas, esteve sempre associada a rendas mais altas para homens e mulheres.

Coloquei o “prêmio” da aventura migratória entre aspas porque, pelos dados em análise, não há como saber se as pessoas migraram entre as duas RM porque já tinham uma oferta ou ao menos uma perspectiva de melhor emprego, tendo-se orientado, neste caso, pela expectativa de melhoria salarial; ou se o fizeram por outras razões e, no destino, en-

Tabela 5
Renda Média de Todos os Vínculos dos Admitidos nas RM de São Paulo e Rio de Janeiro em 1994 e que não Migraram, e Diferença Salarial (em %) dos Migrantes para a Metrópole Vizinha e para Outras Regiões Geográficas entre 1985 e 2008, Segundo o Sexo e a Ocupação

Sexo e Grupos Ocupacionais em 1994	Não deixou a metrópole de origem (-a-)			Pelo menos uma exp. na metrópole vizinha (diferença % rel. -a-)			Pelo menos uma exp. em outra reg. geogr. (diferença % rel. -a-)		
	Metrop. de origem			Metrop. de origem			Metrop. de origem		
Masculino	São Paulo	Rio de Janeiro	São Paulo	Rio de Janeiro	São Paulo	São Paulo	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	
Criativos	3.418	2.751	62,6	88,5	7,1	31,0			
Dirigentes	4.158	2.810	62,8	66,1	9,7	23,8			
Oper. Construção civil	1.144	897	0,6	12,5	-5,2	10,3			
Técnicos (inclui mestres e contramestres)	3.055	2.299	-1,7	34,4	-0,1	40,9			
Manuais de oficina	1.586	1.225	18,0	28,8	-0,4	13,2			
Vendedores do comércio	1.531	1.099	65,9	63,0	14,3	27,4			
Trabs. dos serviços em geral	1.346	899	-11,1	11,9	-11,3	15,9			
Oper. Inds. Metalmecânicas e elétricas	1.714	1.196	-12,4	9,5	-5,5	30,3			
Operários da indústria tradicional	1.331	931	-4,8	23,7	-9,8	3,9			
Motoristas	1.498	1.173	-5,9	4,3	-7,4	2,9			
Outras	1.387	1.188	29,0	10,0	-14,1	19,0			
Trabs. serv. de limpeza e conservação, serventia e braçais	1.129	778	-5,2	17,1	-14,7	5,3			
Feminino									
Criativos	1.979	1.793	92,2	126,9	-5,9	14,2			
Dirigentes	2.710	2.011	64,7	52,4	-9,8	9,7			
Oper. Construção civil	1.052	743	25,0	-25,3	-0,7	53,4			

(continua)

(continuação)

Tabela 5

Renda Média de Todos os Vínculos dos Admitidos nas RM de São Paulo e Rio de Janeiro em 1994 e que não Migraram, e Diferença Salarial (em %) dos Migrantes para a Metrópole Vizinha e para Outras Regiões Geográficas entre 1985 e 2008, Segundo o Sexo e a Ocupação

Sexo e Grupos Ocupacionais em 1994	Não deixou a metrópole de origem (-a-)		Pelo menos uma exp. na metrópole vizinha (diferença % rel. -a-)		Pelo menos uma exp. em outra reg. geogr. (diferença % rel. -a-)	
	Masculino	Feminino	Metrop. de origem	Metrop. de origem	Metrop. de origem	Rio de Janeiro
	São Paulo	Rio de Janeiro	São Paulo	Rio de Janeiro	São Paulo	Rio de Janeiro
Técnicos (inclusi mestres e contramestres)	2.605	1.774	67,1	157,2	1,8	16,7
Manuais de rotina	1.471	1.119	29,4	26,7	-5,0	15,6
Vendedores do comércio	1.228	870	33,2	72,0	6,4	21,6
Trabs. dos serviços em geral	1.113	757	11,5	49,5	-9,0	5,3
Oper. Inds. Metalmecânicas e elétricas	1.035	811	0,6	28,9	-5,2	5,8
Operários da indústria tradicional	941	691	-7,1	8,8	-8,9	-0,9
Motoristas	1.203	1.209	12,4	-10,4	-11,1	-2,8
Outras	1.391	1.221	11,8	112,4	-5,3	17,4
Trabs. serv. de limpeza e conservação, serventia e braçais	861	629	0,1	1,6	-12,8	-3,8

Fonte: Microdados da RAIS-MIGRA Vínculos.

contraram emprego melhor remunerado do que na origem. Contudo, analisando o resultado global das migrações segundo os diferenciais de renda entre origem e destino, duas dinâmicas adicionais devem ser destacadas. Em primeiro lugar, deixar São Paulo só está positivamente associado com melhoria de renda, de um modo geral, para os homens de classes não operárias que escolhem o Rio de Janeiro. Migrar para outras regiões quase sempre está associado com menores salários, relativamente aos que permanecem em São Paulo. Esse movimento permite a seguinte observação provisória: as pessoas, em especial os homens, parecem emigrar da Região Metropolitana do Rio de Janeiro apenas se as condições salariais no destino forem vantajosas. Já os que emigram de São Paulo parecem mover-se também por outras razões, principalmente se o destino é outra região que não a RM fluminense. O salário não parece razão suficiente para explicar por que homens e mulheres deixam a RM paulista por outra região qualquer do país. E eles o fazem *em grande proporção*.

A segunda dinâmica adicional relevante é a estabelecida pela categoria profissional dos “dirigentes”. Como já se mencionou, num ambiente de crescimento econômico e aumento da demanda por força de trabalho mais qualificada, aumenta a circulação das categorias profissionais de gerência e direção entre empregos, comandada, em geral, pela disputa pelos “melhores talentos”. Se considerarmos que a reestruturação produtiva dos anos 1990 privilegiou, num primeiro momento, justamente a redução de níveis gerenciais, o que resultou na demissão de milhares de gerentes e dirigentes em todo o país; e se considerarmos que a retomada do crescimento nos anos 2000 esbarrou justamente na escassez desse tipo de profissional; então era de se esperar uma circulação dessas pessoas pelos dois mercados de trabalho mais importantes, em busca da melhor oferta num ambiente de competição acirrada por talentos antes alvo de políticas de reestruturação organizacional e re-engenharia. Os dados da Tabela 5 são muito contundentes: para homens ou mulheres, deixar o Rio de Janeiro em direção a São Paulo ou vice-versa está associado ao aumento da renda média de suas trajetórias de 66% e 63%, respectivamente. O aumento é expressivo, também, no caso das mulheres (52% e 65%, respectivamente). É verdade que a associação ocorre também para os que deixam as duas RM por outras regiões, mas a renda média é apenas 24% mais alta no caso dos que deixam o Rio e 10% no caso de São Paulo. Isso permite uma segunda observação provisória: é provável que os/as dirigentes e os/as membros das classes criativas que migram numa ou noutra direção estejam, jus-

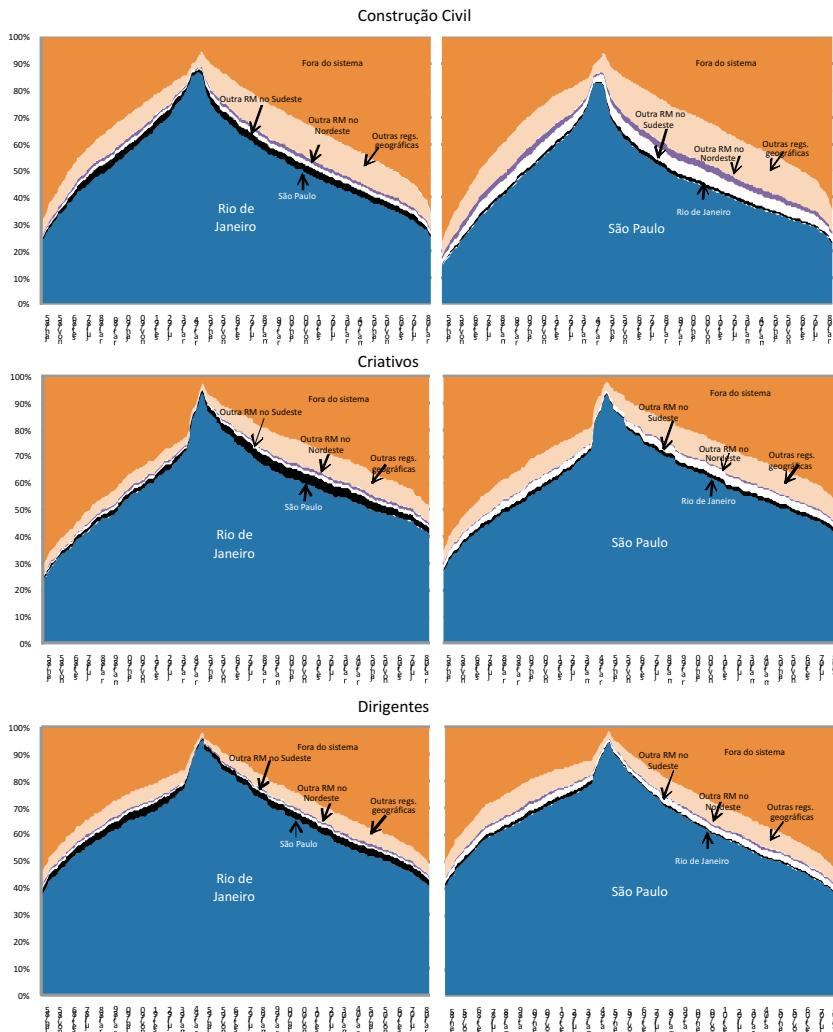
tamente, *no topo* da hierarquia ocupacional interna a esses segmentos de classe. Nessa hipótese, a migração pode estar representando tanto o coroamento de uma trajetória pretérita de sucesso, reconhecida por dois mercados de trabalho concorrentes, quanto a busca por espaços novos de atuação por parte de talentos emergentes numa ou noutra RM, que encontram, na região vizinha, o ambiente para o exercício de suas qualificações.

Por fim, a Figura 1 ilustra os movimentos de assalariados formais das classes criativas, dirigentes e operários da construção civil, contratados nas RM do Rio de Janeiro e São Paulo em 1994, pelo mercado de trabalho brasileiro antes e depois do ano de admissão. Por questões de espaço a figura mostra apenas as trajetórias dos homens, que têm, também, maiores taxas de migração do que as mulheres. A ideia é oferecer um quadro visual das migrações geográficas dos homens e destacar as que ocorrem entre Rio e São Paulo. Para isso foram construídos os seguintes espaços geográficos agregados: RM do Rio de Janeiro; RM de São Paulo; outra RM no Sudeste; outra RM no Nordeste; outras regiões geográficas. Os gráficos da esquerda retratam os percursos geográficos dos admitidos no Rio de Janeiro em 1994 e os da direita, os dos admitidos em São Paulo. Trata-se de gráficos de área 100% empilhada, ou seja, cada um retrata a totalidade dos movimentos de cada classe pelos espaços geográficos definidos ao longo de 288 meses (janeiro de 1985 e dezembro de 2008)³⁶. Para esta análise foi preciso excluir os duplos vínculos e os vínculos sobrepostos de uma mesma pessoa, já que os gráficos retratam a situação geográfica das classes mês a mês. Os duplos vínculos e os sobrepostos representavam de 12% a 14% de todos os vínculos, dependendo da RM. Optou-se, sempre, pelo vínculo de maior duração.

Em termos globais, é possível indicar cinco dinâmicas principais. Primeiro, os gráficos revelam um mecanismo geral pelo qual, nos três grupos ocupacionais, a imensa maioria dos admitidos em 1994 já havia experimentado um evento de emprego formal anteriormente. No caso dos operários da construção civil, por exemplo, 30% dos que seriam admitidos no Rio de Janeiro ao longo de 1994 e 25% dos que o seriam em São Paulo já se encontravam empregados em 1985. Ao iniciar 1994, perto de 85% já se encontravam no mercado formal. Entre os dirigentes as proporções eram superiores a 45% em 1985, chegando aos mesmos 85% às portas de 1994. Em segundo lugar, cada classe tem um padrão migratório próprio. Os criativos se movem de modo diverso dos diri-

Figura 1

Migração Geográfica de Homens Admitidos em 1994 nas RM do Rio de Janeiro e de São Paulo, com Trajetórias Reconstituídas de 1985 a 2008, por Grupos Ocupacionais Selecionados



Fonte: Microdados da RAIS-MIGRA Vínculos.

gentes, que migram de forma distinta dos operários da construção civil. Em terceiro lugar, os admitidos no Rio de Janeiro em 1994 têm padrão migratório distinto dos admitidos em São Paulo. Nos dois casos (ocupação e RM de origem), as diferenças se expressam tanto em ter-

mos da forma da migração quanto do destino geográfico global dos migrantes. Em quarto lugar, nos três grupos ocupacionais selecionados os fluminenses migram mais para São Paulo do que os paulistas para o Rio de Janeiro. Por fim, as taxas de exclusão do setor formal, a partir da admissão em 1994, são altas para os operários da construção civil (65% dos admitidos no Rio e em São Paulo já não estavam no mercado formal em dezembro de 2008), um pouco menores para os dirigentes (51% dos fluminenses e 55% dos paulistas estavam fora) e menores ainda para os criativos (48% no Rio e 47% em São Paulo estavam fora). Vale notar que a proporção de aposentadorias e mortes entre os que deixam a base de dados da RAIS é residual (menos de 0,5% nas duas RM). Os vínculos terminam, em sua maioria, por desligamento ou demissão sem justa causa (mais de 80% deles) ou por término de contrato (entre 6% e 7% dos casos). E isso *independente da idade*. No caso de São Paulo, por exemplo, entre os admitidos em 1994 que tinham 24 anos ou menos, 53% estavam fora do setor formal em dezembro de 2008. A proporção era de 55% entre os com 25 a 29 anos, 57% entre os que tinham 30 a 39 anos, 64% daqueles com 40 a 49 anos, e 74% com 50 anos ou mais. Se, quanto mais velhos, maior a chance de estar fora do setor formal, em qualquer faixa etária a demissão e o desligamento sem justa causa representam 80% ou mais das causas para a perda dos empregos.

Observando os gráficos para o Rio de Janeiro, fica claro que, se 20% ou mais dos vínculos dos operários da construção civil foram contaminados por uma passagem por São Paulo, como já se viu, por outro lado a proporção de homens que permanece na metrópole vizinha é sempre baixa, nunca superando os 3% em um mês dado. Isso é ainda mais saliente no caso inverso (paulistas que experimentam o Rio de Janeiro). Como 22% dos operários paulistas da construção experimentaram o Rio de Janeiro, e 20% dos fluminenses experimentaram São Paulo (migração que contamina quase 30% de suas trajetórias), então a baixa proporção encontrada a cada mês esconde a *circulação intensa* dos operários por estes espaços geográficos. Na verdade, os trabalhadores de construção são os mais “desterritorializados” entre todos os grupos ocupacionais, já que pelo menos 80% dos paulistas e 56% dos fluminenses experimentaram outros espaços geográficos em sua vida empregatícia registrada pela RAIS.

Algo bem diverso ocorre com as classes criativas. Para começar, a proporção de fluminenses e paulistas que experimenta a metrópole vizi-

nha nesse estrato é bem inferior ao pessoal da construção civil (11,4% no caso dos fluminenses e 14,8% no dos paulistas); por outro lado os criativos permanecem na metrópole concorrente por mais tempo e em maior proporção, sobretudo no caso dos admitidos no Rio em 1994. Chegou a 5% a proporção que permaneceu no mercado de trabalho paulista entre fins da década de 1990 e os primeiros anos da década de 2000. Na direção contrária a proporção girou em torno de 2%. Ou seja, embora os criativos paulistas migrem mais para o Rio do que o contrário, por outro lado permanecem menos tempo e em menor proporção no mercado fluminense. O mesmo se passa entre os dirigentes, e de maneira ainda mais expressiva. Mais de 21% dos dirigentes paulistas passaram pelo Rio de Janeiro (contra menos de 12% na direção oposta), mas é residual a proporção encontrada a cada mês. Entre os paulistas é maior a participação no Rio *antes* de 1994. A passagem por São Paulo fixa mais os dirigentes nesse território do que o contrário.

A combinação desses dois montantes (alta proporção que migra entre as duas RM no período e baixa participação proporcional no emprego num determinado momento) é indicador importante de mercado de trabalho intermetropolitano operando para determinados estratos ocupacionais, embora não para todos eles. Isso porque, em conjunto, esses dados denotam *circulação* entre as duas metrópoles. E, de fato, os criativos paulistas que passaram pelo Rio de Janeiro tiveram, em média, 9,6 vínculos formais entre 1985 e 2008, contra 7,9 vínculos dos que não tiveram essa experiência. Entre os dirigentes os valores foram de 9,5 e 7,5 vínculos respectivamente. Entre os operários da construção, 14 e 10,6 vínculos em média. Na direção contrária, os criativos fluminenses que experimentaram São Paulo tiveram 10,2 vínculos em média, contra 7,5 dos que não tiveram a experiência. Proporções semelhantes ocorreram para os dirigentes, e os operários de construção que passaram por São Paulo tiveram 16,5 vínculos em média, contra 9,2 dos que não o fizeram. Ou seja, em todos os casos experimentar a metrópole vizinha aumenta a rotatividade *entre empregos*.

Mas não só isso. São intensas, também, *as trocas intermetropolitanas*. Os “criativos” do Rio que experimentaram São Paulo trocaram 4 vezes de espaço geográfico, na média do período, migrando do Rio para São Paulo e de volta, e experimentando ainda outras regiões do país, em geral no Sudeste. Os que não experimentaram São Paulo trabalharam em 1,6 lugares distintos apenas. Valores semelhantes ocorreram para os dirigentes, sendo um pouco mais elevada a circulação dos operários

de construção (4,6 metrópoles contra 1,8, respectivamente). Criativos e dirigentes paulistas que experimentam o Rio de Janeiro também circularam por 4 espaços geográficos, em média, sendo que os que não têm a experiência fluminense rodam por duas regiões distintas, em média. Os operários de construção circulam muito mais, empregando-se em 5,5 locais diferentes se experimentam o Rio, e em 3,4 se não o fazem. Em qualquer caso, passar pela metrópole vizinha está associado a um aumento geral na circulação geográfica das pessoas, sendo que as migrações de retorno à origem e as idas e vindas entre uma e outra respondem por 60% ou mais dessa circulação no caso de criativos e gerentes, e de cerca de 50% no caso dos operários da construção civil.

CONCLUSÃO

A pesquisa encontrou indícios muito fortes em favor da existência de um mercado de trabalho conectando as RM de São Paulo e do Rio de Janeiro. Ainda que a proporção de pessoas que experimenta os dois mercados de trabalho seja minoritária, os valores absolutos envolvidos são elevados (mais de quatro milhões de assalariados entre 1985 e 2008). A experiência intermetropolitana é vivida por pessoas de todos os grupos ocupacionais, com destaque para os operários da construção civil, os técnicos e os operários das indústrias modernas. Homens e mulheres do topo da hierarquia ocupacional também experimentam os mercados metropolitanos vizinhos, mas uma vez que, no caso dessas ocupações, migrar está fortemente associado à grande melhoria de renda e à maior rotatividade ocupacional e geográfica, é provável que se trate de pessoas no estrato superior dessas categorias ocupacionais (mais qualificado ou “escasso”), que testa suas chances em ambientes cada vez mais competitivos. O caráter de teste da migração fica ainda mais evidente quando se constata que, se 18% dos dirigentes paulistas passaram pelo Rio de Janeiro entre 1985 e 2008, por outro lado nunca mais de 2% deles estava empregado na RM vizinha a cada mês no período. Na direção contrária deu-se o inverso. É menor a proporção de dirigentes do Rio que se move para São Paulo (9,8%), mas eles ficam empregados por mais tempo e em maior proporção. Ao que parece, São Paulo termina por se configurar numa opção de vida, ou de mais longo prazo para os fluminenses que migram, enquanto a experiência no Rio tem caráter mais transitório para os paulistas, ainda que parte expressiva deles se aventure nela. Ressalte-se que isso vale mais para os homens do que para as mulheres. Estas migram a taxas muito inferiores (15,6% dos homens admitidos em São Paulo em 1994 experimentaram o mer-

cado de trabalho do Rio entre 1985 e 2008, contra 8% das mulheres), mas, ao migrar, tendem a permanecer por mais tempo no mercado formal de destino.

O estudo revela, também, a grande fluidez geográfica das categorias ocupacionais menos qualificadas. Cerca de metade dos trabalhadores braçais, dos assalariados dos serviços, dos operários em geral e também dos motoristas admitidos em São Paulo em 1994 experimentaram outros mercados de trabalho entre 1985 e 2008. A taxa foi menor no Rio (entre um quarto e um terço), mas ainda assim bastante alta. E os trabalhadores mais “desterritorializados” são os da construção civil. Quase metade dos fluminenses e dois terços dos paulistas experimentaram outros mercados no período, nem sempre com melhorias salariais. Nos dois casos a metrópole vizinha foi o destino privilegiado das migrações, embora a taxa de permanência no destino, no tempo, tenha sido muito baixa. A circulação intermetropolitana é um fato para todos os que se aventuram pelo menos uma vez no espaço geográfico vizinho. Se a tendência de cada qual é não migrar (com exceção dos operários da construção civil de São Paulo), uma migração levará, quase necessariamente, a um movimento de retorno, e eventualmente à nova migração (quando não resultar na exclusão do mercado formal).

Os dois mercados de trabalho têm características adicionais que ao mesmo tempo facilitam e limitam a circulação de pessoas entre eles. Em primeiro lugar, os empregos são muito instáveis. O tempo médio de permanência nos vínculos foi de 25,6 meses para os admitidos no Rio em 1994, e de 26,7 meses para os paulistas. Estes tiveram, em média, 8,4 vínculos na trajetória total, contra 7,8 dos fluminenses. Nos dois casos, mais da metade teve sete vínculos ou mais. Ou seja, a fluidez dos mercados de trabalho, em tese, facilita a circulação em cada mercado particular, e também entre eles. Em segundo lugar, é grande a taxa de exclusão do mercado formal ao longo do tempo. Mais de quatro quintos dos admitidos em 1994 já tinham tido um emprego formal antes, mas mais da metade já estava fora do mercado formal em 2008. Isso quer dizer que os mercados de trabalho das duas metrópoles acolhem novos entrantes (um quinto dos admitidos em 1994 o eram) por meio de dois processos correlatos: a criação de novos empregos e o deslocamento de antigos empregados, não necessariamente os mais velhos. Nos anos 1990 a incorporação de novatos deu-se principalmente pela rotatividade, já que o mercado formal de trabalho gerou poucos novos postos de trabalho. Nos últimos anos a incorporação dá-se também

pela criação de empregos. Contudo, estes estão sendo criados mantendo-se a mesma lógica da rotatividade para os empregos existentes. Como as taxas de exclusão do setor formal continuam altas, levando a que 57% dos admitidos em 1994 já estivessem fora dele em 2008, estes postos de trabalho estão sendo ocupados por novos entrantes, em proporção nunca inferior a 15% a cada ano, segundo a mesma RAIS-MIGRA Vínculos. A migração intermetropolitana, ocorra ela nas franjas mais qualificadas das ocupações ou entre os menos qualificados, não parece capaz de blindar as carreiras contra uma dinâmica que é comum aos dois mercados.

Por fim, demonstração cabal da existência de um mercado de trabalho intermetropolitano requer um estudo que tome em conta também as empresas. Parte da migração entre as duas RM pode decorrer de transferências de trabalhadores *entre* unidades da mesma empresa e, neste caso, estaríamos diante de mercados internos às companhias. Parte da migração pode decorrer do deslocamento de empresas entre as duas RM: nos anos 1990 e 2000, como mostraram Hasenclever *et alii* (2008 e 2009), o Rio de Janeiro perdeu várias sedes empresariais para São Paulo, e isso pode estar explicando parte da migração, por exemplo, das classes criativas e dirigentes. O controle dos movimentos empresariais, possível pela conexão da RAIS-MIGRA Vínculos com a base de empresas que constitui a RAIS, permitiria refinar a análise. Fica aqui a sugestão para estudos futuros.

(Recebido para publicação em novembro de 2011)

(Reapresentado em junho de 2012)

(Aprovado para publicação em agosto de 2012)

NOTAS

1. Esses cálculos foram feitos com base nos microdados da RAIS-MIGRA Vínculos, base de dados produzida pelo Ministério do Trabalho com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e descrita em maior detalhe ao longo do artigo.
2. Calculado com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).
3. A PNAD entrevista pessoas nos domicílios, enquanto a RAIS é um censo das empresas formalmente estabelecidas. Os dados da PNAD devem ser tomados, pois, como medida aproximada dos empregos existentes. Ademais, a informação se refere aos ocupados em setembro de cada ano, mês de referência da PNAD. A RAIS-MIGRA Vínculos computa *todas* as admissões corridas ao longo do ano no mercado de trabalho formal.
4. A alta rotatividade nos mercados formais de trabalho do país já foi amplamente estudada, e por pesquisadores de disciplinas diversas. Ver os trabalhos de Caruso e Pero (1997), Cacciamali (1996), Baltar e Proni (1996), Barros e Mendonça (1996), Cardoso (2000), Guimarães (2004, 2009), entre uma infinidade de outros.
5. Essa concentração talvez reflita o caráter recente da digitalização da produção em Ciências Sociais no país. Pode ser que, à medida que os programas de Pós-Graduação alimentem o sistema Capes com a produção passada, o número de resumos de teses disponíveis para a consulta aumente. O Banco de Teses da Capes está em <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>. Seja como for, a produção encontrável nos periódicos arquivados no SciELO também se concentra na década de 2000, como veremos.
6. Entre as teses de História há dois estudos sobre migrações nordestinas para a Amazônia durante os ciclos da borracha, estudos sobre migrantes libaneses ou italianos, ex-escravos retornando à África, migrações internas nas décadas passadas etc. Entre os de Sociologia há estudos sobre redes sociais, crianças, mulheres e indígenas migrantes, migrações do Brasil para outros países e de volta, migrações internas e seus efeitos sobre oportunidades de vida, entre outros. Os estudos de Demografia também se debruçam sobre migrações internas, sob ótica estritamente demográfica interessada nos fluxos do campo para a cidade, dos centros metropolitanos para o interior e ao revés etc. As teses de Economia estão particularmente interessadas nos impactos das migrações nos salários ou na renda das famílias. As duas teses de Psicologia estudam efeitos psicológicos e vicissitudes pessoais decorrentes das migrações, as de Geografia miram o deslocamento no espaço. Nenhuma trata do tema aqui investigado.
7. É o caso de Motim (1999), sobre a Região Metropolitana de Curitiba. Magalhães (2003) também estuda esse universo, e Cunha (1994) se debruça sobre a RM de São Paulo. O Banco de Teses da Capes é boa ferramenta de consulta, mas permanece muito incompleto. Pesquisa nos bancos de tese do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar)/Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), importantes institutos que têm as migrações entre suas linhas de pesquisa, encontrou 9 teses de doutorado sobre o tema e que não fazem parte do Banco da Capes. Elas também não tratam do tema investigado aqui.
8. Ver <http://www.scielo.br>.

9. Este estudo já estava pronto quanto tive acesso ao trabalho de Lobo e Matos (2011), que trata da migração entre RMs e, muito especialmente, entre a RM de São Paulo e sua “Região de Influência”, composta, entre outras, pela Região Metropolitana de Campinas. Ver ainda Brito e Marques (2006) e a tese de doutorado de Lobo (2009).
10. O IBGE publicou em 2008 um novo mapa das Regiões de Influência das Cidades (Regic) e, nele, descobrimos que cada uma das duas RM de interesse aqui continua sendo o principal parceiro empresarial da outra. No entanto, o IBGE considera a RM do Rio apenas secundariamente como área de influência da de São Paulo, e vice-versa (isto é, elas são consideradas “Conexões Externas” à área de influência direta de cada RM). Mas há evidências de que a influência e a dependência mútuas são maiores do que isso, como será mostrado aqui.
11. Tabulei os dados da PNAD 2001 para este artigo, para complementar as informações de Oliveira e Jannuzzi (2005). Entre os homens de 24 a 50 anos, a proporção que migra por motivos relacionados ao trabalho varia de 54% a 64%. E entre 50% a 60% das mulheres na mesma idade migram para acompanhar a família. Golgher (2001) apresenta um bom apanhado da literatura econômica e de demografia sobre os determinantes das migrações.
12. A RAIS-MIGRA Vínculos apresenta uma diferença fundamental em relação à RAIS-MIGRA Painel, objeto de estudos, entre outros, de Freguglia (2007) e Aguayo-Téllez *et alii* (2010). A “Painel” retém apenas o vínculo de maior duração ou o vínculo vigente em 31 de dezembro do ano de referência, indicando, em variável à parte, quantos vínculos a pessoa teve no ano. A “Vínculos” retém todos os vínculos dos indivíduos, ocorridos em qualquer tempo e que não tenham sido encerrados antes de 1985.
13. Como a base de dados RAIS-MIGRA Vínculos traz o universo dos vínculos de emprego formal ocorridos no país até 2008, a seleção de uma amostra é simples e sua representatividade tem significância superior a 0,01. A seleção de uma amostra é impreciosa, porque a unidade de análise é o vínculo do indivíduo. Como a média de vínculos no período 1985-2008, por pessoa admitida em 1994, foi de 7 no Rio e 7,2 em São Paulo, aqueles 3,5 milhões de indivíduos se transformam em quase 25 milhões de unidades de análise. A amostra contém 77 mil indivíduos e 543 mil vínculos no caso da RM do Rio de Janeiro; e 111 mil indivíduos e 803 mil vínculos no caso da RM de São Paulo.
14. Ver ainda Antico (1997), Baeninger (1999) e, para o caso das mulheres, Chaves (2009). A PNAD 2001 pergunta, para os moradores que residem no município atual há 4 anos ou menos: “Qual foi o motivo principal da mudança para este município”. As alternativas são “Trabalho da própria pessoa”, “Estudo da própria pessoa”, “Saúde da própria pessoa”, “Moradia”, “Acompanhar a família”, “Dificuldade no relacionamento familiar” e “Outro motivo”. Não se sabe, pois, quais os significados de “Trabalho da própria pessoa”, podendo indicar busca de emprego, melhoria de renda, transferência pela empresa ou qualquer outra razão.
15. Bons balanços da perspectiva individualista (ou neoclássica) de explicação das migrações estão em Evans (1990) e Golgher (2001). Texto clássico em perspectiva histórico-estrutural é Lopes (1973). Ver ainda Patarra *et alii* (1997) e Vainer e Brito (2001). Estudos recentes com base na RAIS são Aguayo-Téllez *et alii* (2010) e Menezes Filho *et alii* (2007 e 2008).

16. Ver Castels (1976); Sassen (1988); Cunha (1994 e 1995); Bilsborrow (1996); Gooldiener (1985, 1993); Caiado (2004); Brito e Marques (2006), entre outros.
17. Calculado a partir dos microdados da PNAD 1986. Até 1990 a PNAD não discriminava, na variável “posição na ocupação”, os servidores públicos. A proporção de servidores foi construída a partir do ramo da economia, que, contudo, é uma aproximação grosseira. Mudança de metodologia em 1992 permite discriminar essa categoria, tornando o dado mais fidedigno.
18. Sobre transformações estruturais e expansão urbana, ver o clássico Singer (1977).
19. A *rationale* desses modelos é exposta com competência por Golher (2001).
20. Eduardo Marques vem mostrando que a migração de pessoas das classes populares, bem como a obtenção do emprego, dependem, sobretudo, de *laços fortes* das redes sociais, ao contrário do que encontrou Mark Granovetter (1974) para o caso dos Estados Unidos nos anos 1970. Isso quer dizer que a maioria das pessoas migra após a migração de um membro da família, que se torna o principal veículo da informação sobre o mercado de trabalho no possível destino dos outros familiares. Ver Marques (2009). Esses achados estão em linha com os estudos qualitativos sobre migrantes nordestinos no Rio de Janeiro e São Paulo nos anos 1960 e 1970. Ver Lopes (1967, 1971a, 1971b), Durham (1973) e Perlman (1977), entre outros. Na pesquisa do Instituto do Milênio sobre Desigualdades de Oportunidades, coordenada por Nelson do Valle Silva e Carlos A. Costa Ribeiro, 61% das pessoas que conseguiram uma ocupação assalariada no país chegaram a ela por indicação ou de parente ou de amigo próximo ou de conhecido. Mobilizando laços fortes das redes sociais, portanto (dados tabulados a partir dos microdados do *survey*, levado a cabo em 2008).
21. Sobre redes de intermediação de mão de obra em mercados metropolitanos de trabalho, ver Guimarães (2009). A pesquisa do Instituto do Milênio, mencionada na nota anterior, revelou que pouco mais de 5% dos ocupados no país em 2008 tinham encontrado sua ocupação por meio de agências de emprego. Menos de 0,5% haviam consultado sindicatos.
22. Categorias envolvidas com tecnologias de informação são, em toda parte, muito bem informadas sobre seu mercado de trabalho, como mostra a crescente literatura sobre migrações de pessoal de nível superior ou altamente qualificado num espaço supranacional de oportunidades de emprego. Ver Wagner (1998), Florida (2005), Beaverstock (2005) e Scott (2006), numa área de pesquisa que já conta com mais de um milhar de trabalhos publicados em todo o mundo, e apenas nos últimos 10 anos.
23. O corte temporal em 1994 me parece relativamente controverso, já que neste ano tem início o Plano Real, cujos impactos sobre a estrutura econômica do país em geral e das regiões de interesse aqui já foram bastante estudados.
24. Os dados para 1994 e 2008 não são sazonais. Comparando os dois setores desde 1991, com base na mesma fonte, as duas metrópoles estão mais próximas a cada ano desde 1994.
25. Para que se tenha uma ideia, em 1991 a indústria respondia por 21,1% dos empregos formais na RM do Rio e 35,2% na de São Paulo, segundo a mesma fonte da tabela. A perda de participação dali até 2008, pois, foi de 55% no Rio e de 53,3% no caso de São Paulo.
26. Ver, uma vez mais, o estudo clássico de Singer (1977) e também Graham (1970). Ver ainda Singer (1977a).

27. As indústrias modernas (metalúrgica, mecânica, material elétrico, de comunicação e de material de transportes, além das indústrias ditas “urbanas”) são, tradicionalmente, as que oferecem melhor qualidade de emprego na indústria, medida pelo salário pago, a estabilidade dos vínculos empregatícios, a taxa de formalização dos postos de trabalho (proporção de trabalhadores com carteira assinada) e a escolaridade média dos empregados (medida aproximada da qualificação dos postos de trabalho). A construção civil está na base dessa hierarquia de qualidade. Esses critérios foram utilizados por Cardoso (2000), com base nos dados da RAIS. Para medida diferente de qualidade de emprego, ver Sabóia (1999), que opera com dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME).
28. Esse segmento inclui a indústria naval e toda a cadeia automobilística, ambas alvo de políticas públicas específicas que resultaram em grande crescimento no Estado do Rio como um todo. Ver Hasencler *et alii* (2009). Aspectos como a maior competitividade dos mercados de trabalho e a ação coordenada dos sindicatos de metalúrgicos do Rio e de São Paulo explicam parte importante da redução das disparidades salariais regionais. Ver, a esse respeito, os estudos de Ramalho e Rodrigues (2007) e Ramalho *et alii* (2008) sobre a evolução do segmento automotivo no Estado do Rio de Janeiro, em comparação com seu similar no ABC paulista.
29. Segundo algumas dessas teorias, por vezes muito simplistas, em situações de mercados de trabalho competitivos, trabalhadores de mesma qualificação (ou igualmente produtivos) migrarão em busca dos melhores salários. Isso aumentará a oferta de trabalho onde se pagam os melhores salários, levando, com o tempo, à sua redução, com tendência ao equilíbrio entre origem e destino dos trabalhadores. Estudo clássico nessa direção é Greenwood e Hunt (1984).
30. E que eram ainda mais marcantes em 1994, segundo a mesma fonte.
31. Essa medida é uma adaptação do índice de dissimilaridade de Duncan e Duncan (1955), e é dada por $ABS[1-(Xi/Yi)]*100$, onde Xi é a participação da ocupação i no emprego total da RM com maior participação nessa ocupação i , e Yi é a participação da mesma ocupação no emprego na RM em que essa ocupação tem a menor participação. Mede, portanto, de quanto a menor participação deve ser acrescida para se atingir a maior.
32. As diferenças de médias entre as duas metrópoles são todas estatisticamente significativas (teste t para independência de amostras), com exceção, justamente, do tempo total no setor formal. O fato de serem significativas em termos estatísticos não anula a evidência de que as diferenças são muito pequenas.
33. A informação não se encontra na tabela: a média de vínculos dos homens da construção civil admitidos no Rio e que passaram por São Paulo foi de 12,6 na trajetória total, contra 10,1 dos paulistas que passaram pelo Rio. Entre as mulheres a diferença foi de 10,7 e 7,6 vínculos, respectivamente. Vale notar que 12,6% dos paulistas e 19,6% dos fluminenses da construção tiveram pelo menos um vínculo na metrópole vizinha.
34. Por questões de espaço não analiso os diferenciais de gênero. Mas 13,6% dos vínculos dos homens com vínculo de origem em São Paulo e 18,3% daqueles com origem no Rio estão associados a uma passagem pela metrópole vizinha. No caso das mulheres as proporções são de 6,9% e 10,5% respectivamente. Tomando-se os *indivíduos*, 12,3% dos homens com vínculo original no Rio de Janeiro e 8,3% dos de São Paulo tiveram uma experiência migratória na RM vizinha, contra 7,1% e 4% das mulheres, respecti-

vamente. No total, metade dos homens paulistas tiveram ao menos uma experiência de emprego fora de São Paulo (incluindo o Rio e outras regiões do país), contra 35% dos fluminenses, enquanto entre as mulheres as proporções foram de 33% e 20% respectivamente. Os homens, como já demonstrou a literatura comentada antes, migram muito mais e, sobretudo, por questões de trabalho.

35. Para chegar a essas proporções basta dividir a renda real do destino do migrante pela daqueles que não migraram.
36. Recuei até 1980 porque a RAIS-MIGRA Vínculos contém os vínculos que estavam no sistema a partir de 1985, não importando quando haviam iniciado. Uma proporção não desprezível (25%) dos admitidos em 1994 nas duas RM de interesse aqui tinha tido eventos de emprego antes de 1985, vínculos que, como foram encerrados depois de 1985, puderam ser captados pelo sistema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUAYO-TÉLLEZ, Ernesto; MUENDLER, Marc-A. e POOLE, Jennifer P. (2010), "Globalization and Formal Sector Migration in Brazil". *World Development*, vol. 28, nº 6, pp. 840-856.
- ANTICO, Cláudia. (1997), "Por Que Migrar?", in N. Patarra *et alii* (orgs.), *Migrações, Condições de Vida e Dinâmica Urbana*. Campinas, SP, Instituto de Economia, Unicamp/Fapecp.
- BAENINGER, Rosana. (1999), Região, Metrópole e Interior: Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores nas Migrações Recentes. Brasil, 1980-1996. Tese de Doutorado em Sociologia, IFCH/Unicamp, Campinas, SP.
- BALTAR, Pedro E. e PRONI, Marcelo. W. (1996), "Sobre o Regime de Trabalho no Brasil: Rotatividade de Mão-de-Obra, Emprego Formal e Estrutura Salarial", in M. A. Oliveira e J. L. Mattoso (orgs.), *Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou Volta ao Passado*. São Paulo, Scritta, pp. 109-150.
- BARROS, Ricardo P. de e MENDONÇA, Rosane. (1996), "Flexibilidade do Mercado de Trabalho Brasileiro: Uma Avaliação Empírica", in J. M. Camargo (org.), *Flexibilidade do Mercado de Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV Editora, pp. 157-201.
- BEAVERSTOCK, Jonathan V. (2005), "Transnational Elites in the City: British Highly-Skilled Inter-Company Transferees (ICTs) in New York City's Financial District". *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 31, nº 2, pp. 245-268.
- BILSBORROW, Richard. E. (org.). (1996), *Migration, Urbanization and Development: New Directions and Issues*. New York, UNFPA/Kluwer.
- BRITO, Fausto e MARQUES, Denise. (2006), "As Grandes Metrópoles e as Migrações Internas: Um Ensaio sobre o seu Significado Recente". *Anais do IV Encontro Nacional Sobre Migrações*. Rio de Janeiro, ABEP.
- CACCIAMALI, Maria C. (1996), Mercado de Trabalho Brasileiro: Um Palco para a Reprodução das Desigualdades (Temas para uma Agenda de Pesquisa). São Paulo, FEA-USP (mimeo).
- CAIADO, Maria Celia S. (2004), Estruturação Intra-urbana e Contrapartidas Sociodemográficas: A Diferenciação Socioespacial da População da Região do Distrito Federal e Entorno. Tese de Doutorado em Demografia, IFCH/Unicamp. Campinas, SP.
- CARDOSO, Adalberto M. (2000), *Trabalhar, Verbo Transitivo. Destinos Profissionais dos Deserdados da Indústria Automobilística*. Rio de Janeiro, FGV Editora.
- CARUSO, Luis A. e PERO, Valéria. (1997), "Empregabilidade e Reversão Profissional: Trabalhadores Desligados da Indústria". *São Paulo em Perspectiva*, vol. 11, nº 1, pp. 70-81.
- CASTELLS, Manuel. (1976), *La Cuestión Urbana*. Buenos Aires, Siglo XXI.
- CHAVES, Maria de Fátima G. (2009), Mulheres Migrantes: Senhoras de seu Destino? Uma Análise da Migração Interna Feminina no Brasil: 1981/1991. Tese de Doutorado em Demografia, IFCH-Unicamp. Campinas, SP.

Adalberto Cardoso

- CUNHA, José Marques P. (1994), Mobilidade Espacial e Expansão Urbana: O Caso da Região Metropolitana de São Paulo. Tese de Doutorado em Sociologia, IFCH-Unicamp. Campinas, SP.
- _____. (1995), "A Mobilidade Pendular: Uma Contrapartida da Migração Intrametropolitana". *Anais do VI Encontro Nacional da ANPUR*, Brasília, 22 a 26 de maio, pp. 518-525.
- DUNCAN, Otis Dudley e DUNCAN, Beverley. (1955), "A Methodological Analysis of Segregation Indexes". *American Sociological Review*, vol. 20, pp. 210-217.
- DURHAM, Eunice R. (1973), *A Caminho da Cidade: A Vida Rural e a Migração para São Paulo*. São Paulo, Perspectiva.
- EVANS, Alan W. (1990), "The Assumption of Equilibrium in the Analysis of Migration and Interregional Differences: A Review of some Recent Research". *Journal of Regional Science*, vol. 30, nº 4, pp. 515-531.
- FLORIDA, Richard. (2002), *The Rise of the Creative Class*. New York, Basic Books.
- _____. (2005), *The Flight of the Creative Class. The New Global Competition for Talent*. New York, Harper Business.
- FREGUGLIA, Ricardo da S. (2007), Efeitos da Migração sobre os Salários no Brasil. Tese de Doutorado em Economia, PEA-USP. São Paulo.
- GOLGHER, André B. (2001), Os Determinantes da Migração e Diferenciais entre Migrantes e Não-migrantes em Minas Gerais. Tese de Doutorado em Demografia, CEDEPLAR-UFMG.
- GOOTDIENER, Mark. (1985), *The Social Production of Urban Space*. Austin, University of Texas Press, 1985.
- _____. (1993), *A Produção Social do Espaço*. São Paulo, EdUSP.
- GRAHAM, Douglas H. (1970), "Divergent and Convergent Regional Economic Growth and Internal Migration in Brazil: 1940-1960". *Economic Development and Cultural Change*, vol. 18, nº 3, pp. 362-382.
- GRANOVETTER, Mark. (1974), *Getting a Job*. Cambridge, Cambridge University Press.
- GREENWOOD, Michael J. e HUNT, G. L. (1984), "Migration and Interregional Employment Redistribution in the United States". *American Economic Review*, vol. 74, pp. 957-969.
- GUIMARÃES, Nadya A. (2004), *Caminhos Cruzados*. São Paulo, Editora 34.
- _____. (2009), *À Procura de Trabalho. Instituições do Mercado e Redes*. Belo Horizonte, Argvmentvm.
- HASENCLEVER, Lia *et alii*. (2008), A Indústria Carioca no Contexto Fluminense e Brasileiro, 1996-2005. Relatório de consultoria preparado para o Instituto Pereira Passos. Rio de Janeiro (mimeo).
- _____. (2009), O Município do Rio de Janeiro ainda Mergulhado em Resultados Médios: A Indústria entre 1996 e 2008. Relatório de consultoria preparado para o Instituto Pereira Passos. Rio de Janeiro (mimeo).

- LOBO, Carlos F. (2009), *Dispersão Espacial da População nas Regiões de Influência das Principais Metrópoles Brasileiras*. Tese de Doutorado em Geografia, UFMG.
- _____, e MATOS, Ralfo. (2011), "Migrações e a Dispersão Espacial da População nas Regiões de Influência das Principais Metrópoles Brasileiras". *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, vol. 28, nº 1, pp. 81-101.
- LOPES, Juarez B. (1967), *Crise do Brasil Arcaico*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- _____. (1971a) [1964], *Sociedade Industrial no Brasil* (2ª ed.). São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- _____. (1971b), *Desenvolvimento e Mudança Social: Formação da Sociedade Urbano-Industrial no Brasil*. São Paulo, Nacional.
- _____. (1973), "Desenvolvimento e Migrações: Uma Abordagem Histórico-Estrutural". *Estudos CEBRAP*, nº 6.
- MAGALHÃES, Marisa V. (2003), O Paraná e suas Regiões nas Décadas Recentes: As Migrações que também Migram. Tese de Doutorado em Demografia, CEDEPLAR/UFMG.
- MARQUES, Eduardo C. L. (2009), "As Redes Sociais Importam para a Pobreza Urbana?". *Dados*, vol. 52, nº 2, pp. 471-505.
- MASSEY, Douglas S. (1990), "The Social and Economic Origins of Immigration". *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, vol. 510, pp. 60-72.
- MENEZES-FILHO, Naércio A. e MUENDLER, Marc-A. (2007), "Labor Reallocation in Response to Trade Reform". *CESifo Working Paper* nº 1936.
- _____, e RAMEY, Garey. (2008), "The Structure of Worker Compensation in Brazil, with a Comparison to France and the United States". *Review of Economics and Statistics*, vol. 90, nº 2, pp. 324-346.
- MOTIM, Benilde M. L. (1999), Famílias Migrantes na Região Metropolitana de Curitiba: Sociabilidade e Estratégias de Sobrevivência. Tese de Doutorado em História, UFPR.
- OLIVEIRA, Kleber F. e JANNUZZI, Paulo de M. (2005), "Motivos para Migração no Brasil e Retorno ao Nordeste. Padrões Etários por Sexo e Origem/Destino". *São Paulo em Perspectiva*, vol. 7, nº 4, pp. 134-143.
- PATARRA, Neide L. (1997), *Migrações, Condições de Vida e Dinâmica Urbana*. Campinas, SP, Instituto de Economia Unicamp/Fapesp.
- PERLMAN, Janice E. (1977), *O Mito da Marginalidade: Favelas e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra (Col. Estudos Brasileiros, 18).
- RAMALHO, José R. e RODRIGUES, Iram J. (orgs.). (2007), *Trabalho e Sindicato em Antigos e Novos Territórios Produtivos: Comparações entre o ABC Paulista e o Sul Fluminense*. São Paulo, Annablume.
- RAMALHO, José R.; RODRIGUES, Iram J. e CONCEIÇÃO, Jefferson J. (2008), "Mercado de Trabalho e Ação Sindical: Novos Dados, Novas Questões". *Revista de Direito do Trabalho*, vol. 34, pp. 108-118.
- SABÓIA, João. (1999), "Um Novo Índice para o Mercado de Trabalho Urbano no Brasil". *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*. Belo Horizonte, 6-8 de outubro, pp. 455-478.

Adalberto Cardoso

- SASSEN, Saskia. (1988), *The Mobility of Labour and Capital*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SCOTT, Sam. (2006), "The Social Morphology of Skilled Migration: The Case of the British Middle Class in Paris". *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 32, nº 7, pp. 1105-1129.
- SINGER, Paul I. (1977), *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana: Análise da Evolução Econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife* (2^a ed.). São Paulo, Brasiliense.
- _____. (1977a), *Economia Política do Trabalho*. São Paulo, Hucitec.
- VAINER, Carlos B. e BRITO, Fausto. (2001), Migration and Migrants Shaping Contemporary Brazil. *Annals of the 24th General Population Conference of the IUSSP*. Salvador, BA, 18-24 de setembro.
- WAGNER, Anne-Catherine. (1998), *Les Nouvelles Élites de la Mondialisation: Une Immigration Dorée en France*. Paris, Presses Universitaires de France.

ABSTRACT

Occupational Transitions and Inter-Metropolitan Labor Markets: The Cases of Rio de Janeiro and São Paulo

The article tests the hypothesis of the existence of a labor market connecting the Rio de Janeiro and São Paulo Metropolitan Areas, based on data from *RAIS-MIGRA Vínculos*, an important and rich database (although previously underutilized for analyzing Brazilian labor market dynamics). The study reveals an effective and intense circulation of workers with different skills and qualifications between the two labor markets, associated with improved income for migrants belonging to various occupational groups.

Key words: labor market; occupational mobility; Rio de Janeiro; São Paulo; Metropolitan Areas

RÉSUMÉ

Transitions Professionnelles et Marchés du Travail entre Métropoles: Le Cas de Rio de Janeiro et de São Paulo

Cette article teste l'hypothèse selon laquelle il existe un marché du travail reliant les Régions Métropolitaines de Rio de Janeiro et São Paulo. Il prend pour base la RAIS-MIGRA Vínculos, une importante et abondante banque de données, toutefois peu utilisée au Brésil pour l'analyse de la dynamique du marché du travail. Il montre entre autres qu'il y a effectivement une circulation intense de travailleurs diversement qualifiés entre ces deux marchés du travail et que celle-ci est associée à l'amélioration du revenu de migrants appartenant à différentes branches professionnelles.

Mots-clé: marche du travail; mobilité professionnelle; Rio de Janeiro; São Paulo; Régions métropolitaines